

O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DA CONCEPÇÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

THE ROLE OF SOCIAL MOVEMENTS IN THE CONSTRUCTION OF THE CONCEPTION AND PUBLIC POLICIES OF COUNTRYSIDE EDUCATION

EL PAPEL DE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES EN LA CONSTRUCCIÓN DE LA CONCEPCIÓN Y POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCACIÓN CAMPO

Érica de Souza e Souza¹

Heloisa da Silva Borges²

Sérgio Luiz Lopes³

Sheila de Fatima Mangoli Rocha⁴

RESUMO: O artigo busca compreender o papel dos movimentos sociais/sindicais na construção da concepção e das políticas públicas da Educação do Campo. O estudo foi realizado com base bibliográfica e documental, encontrando-se fundamentado nos escritos de Borges (2012), Caldart (2012, 2023), Arroyo, Caldar e Molina (2011), Freire (2023), Gohn (1997, 2006), Mészáros (2008), entre outros. Os resultados apontam a construção da concepção da Educação do Campo e de políticas públicas educacionais da classe que vive do trabalho no/do campo, vem sendo construída por meio da luta organizada e experiências de luta dos movimentos sociais/sindicais camponeses desde a década de 1990, com destaque para atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Concluimos que os movimentos sociais possuem um papel elementar no projeto histórico revolucionário de formação humana da classe trabalhadora camponesa na sua diversidade, pois pensam/projetam uma nova forma escola e uma nova sociabilidade para além da lógica destrutiva do capital, uma vez que estes tem possibilitado transformações concretas na educação do campo brasileiro.

8667

Palavras-chave: Movimentos sociais. Educação do Campo. Políticas Públicas. Trabalho.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas. Estudante do Programa de Mobilidade acadêmica estudantil entre IES brasileiras, na condição de aluna especial no curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Roraima. Bolsista FAPEAM.

² Doutorado em Educação na Linha de Formação de Professores, pelo PPGE da FAGED/UFAM. Professora do Departamento de Administração e Planejamento e do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal Amazonas. Coordenadora do Curso de Especialização em Educação do Campo Práticas Pedagógicas - Convênio UFAM/MEC-Secadi, parceria com SEDUC-AM e Semeds e Coordenadora Institucional Parfor/UFAM.

³ Pós-doutor pela na Universidade Federal de Sergipe (2018). Doutor em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Professor Adjunto, Classe C, nível 003, do Curso de Educação do Campo, da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

⁴ Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel (2017). Professora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Roraima.

ABSTRACT: The article seeks to understand the role of social/union movements in the construction of the conception and public policies of Rural Education. The study was carried out on a bibliographic and documentary basis, based on the writings of Borges (2012), Caldart (2012, 2023), Arroyo, Caldar and Molina (2011), Freire (2023), Gohn (1997, 2006), Mészáros (2008), among others. The results point to the construction of the conception of Rural Education and public educational policies for the class that lives from working in/from the countryside, which has been constructed through organized struggle and the struggle experiences of peasant social/union movements since the 1990s. 1990, with emphasis on the activities of the Landless Rural Workers Movement (MST). We conclude that social movements have an elementary role in the revolutionary historical project of human formation of the peasant working class in its diversity, as we think/project a new school form and a new sociability beyond the destructive logic of capital, since these have been possible concrete transformations in education in the Brazilian countryside.

Keywords: Social movements. Rural Education. Public Policies. Work.

RESUMEN: El artículo busca comprender el papel de los movimientos sociales/sindicales en la construcción de la concepción y las políticas públicas de la educación del país. El estudio se realizó sobre una base bibliográfica y documental, encontrando fundamentos en los escritos de Borges (2012), Caldart (2012, 2023), Arroyo, Caldar y Molina (2011), Freire (2023), Gohn (1997, 2006), Mészáros (2008), entre otros. Los resultados sustentan la construcción de la concepción de la educación del país y de las políticas públicas educativas de la clase que vive del trabajo en el campo, que han sido construidas a partir de la lucha organizada y las experiencias de lucha de los movimientos sociosindicales camponeses desde hace una década 1990, con énfasis en el ajuste de los Movimientos dos Trabalhadores Rurales Sem Terra (MST). Concluimos que los movimientos sociales poseen un papel elemental en el proyecto histórico revolucionario de formación humana de la clase trabajadora rural en su diversidad, porque pensamos/projetamos un nuevo formato escolar y una nueva sociabilidad para toda la lógica destructiva del capital, una vez que estas Se han producido transformaciones concretas en la educación del campo brasileño.

8668

Palabras clave: Movimientos sociales. Educación Rural. Políticas Públicas. Trabajo.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado das conjecturas e reflexões teórico-práticas da disciplina eletiva “Movimentos Sociais do campo e Educação do Campo” do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDUC) da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

O mesmo é parte integrante das atividades de uma estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) no curso de mestrado em educação da UFRR, no âmbito de suas atividades articulada ao Programa de Mobilidade Acadêmica Estudantil, destinado aos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). E encontra-se vinculado a produção de uma tese de doutorado em

andamento do PPGE/UFAM, contando com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

O estudo procura compreender o papel dos movimentos sociais/sindicais camponeses na construção da concepção e das políticas públicas da Educação do Campo no Brasil. Para isso, fizemos análise bibliográfica e documental referente à temática em estudo, usando como aporte teórico os textos trabalhados durante a disciplina e outros. Além dos estudos teóricos, a disciplina ainda possibilitou experiências educativas concretas com as lutas organizadas pelos movimentos sociais do campo no Estado de Roraima, tais como Fórum Estadual de Educação do Campo em RR, Audiência pública do (PRONERA) em RR, 2024, palestras sobre o Programa Escola da Terra (PRONACAMPO) e contato com estudantes da Licenciatura em Educação do Campo da UFRR/LEDUCARR (PROCAMPO).

Tais atividades foram fundamentais à apreensão da realidade dos sujeitos do campo de Roraima, sendo imprescindíveis na produção do saber e na formação de pesquisadores (as), para haver a construção de indivíduos críticos, numa perspectiva popular, histórica e revolucionária, através do entendimento das organizações política coletiva dos esfarrapados do mundo (Freire, 2023), que lutam pelo fortalecimento de projetos políticos pedagógicos emancipadores no campo.

8669

A referida disciplina foi desenvolvida entre abril e julho de 2014 em 60 h/a, cuja ementa se propôs em analisar trajetória histórica da Educação do Campo no Brasil, considerando a trajetória da Educação popular no Brasil e na América, a organização e luta de classes e os movimentos sociais no país; bem como identificar as políticas públicas de Educação do Campo, o papel dos Movimentos sociais na Contemporaneidade, a identidade dos sujeitos do campo e Educação e Movimentos Sociais do Campo.

Para tanto, o estudo encontra-se fundamentado nos escritos de autores como Borges (2012), Caldart (2012, 2023), Arroyo, Caldart e Molina (2011), Freire (2023), Gohn (1997, 2006), Meszáros (2008) dentre outros. O texto está estruturado em três partes: na primeira focalizamos a relação Trabalho e Educação do Campo, na segunda evidencia-se a trajetória dos Movimentos Sociais do campo na luta pela concepção de Educação do Campo e políticas públicas educacionais, e na terceira destaca-se o papel e atuação dos movimentos sociais/sindicais camponeses na formulação das políticas públicas da educação da classe que vive do trabalho no/do campo. Por fim, tecemos as considerações finais sobre o estudo.

TRABALHO E EDUCAÇÃO DO CAMPO

As reflexões sobre a concepção de Educação do Campo, exige a compreensão do trabalho enquanto princípio educativo e categoria fundante do ser social e da produção da vida material e imaterial do camponês, que nada tem a ver com o modelo de superexploração do trabalho alienado do capital, que só aumenta as contradições econômicas e sociais da sociedade de classes.

Nessa perspectiva, pensar o trabalho no campo é um dos elementos centrais para se pensar a Educação do Campo e a formação da classe trabalhadora camponesa sob um novo projeto histórico e uma nova sociabilidade. Dessa forma, “não é possível discutir a Educação do Campo sem inserir no debate a analogia do trabalho humano e suas relações sociais” (Borges, 2012, p. 78).

O trabalho é uma condição antológica do ser humano, é o que o torna diferente de outros animais, haja vista que por meio do trabalho o homem vem modificando a natureza, modificando a si, as relações sociais e os meios de produzir sua própria existência. Assim, o homem, ao apropriar-se da natureza de modo universal, consciente e voluntário, modifica a natureza e seu próprio comportamento em relação a ela, modificando a si próprio, como homem.

Sendo assim, trabalho é condição universal e atividade exclusivamente humana, o trabalho como transformação da natureza e do próprio homem, cuja finalidade é a produção de bens necessários à sua existência e como processo indispensável à humanização do homem. Trata-se, portanto, de uma atividade vital, primeiro pela própria necessidade de sobrevivência do homem para garantir enquanto espécie humana (Borges, 2012). Para sobreviver, o homem necessita extrair da natureza, ativa e intencionalmente, os meios de sua subsistência e, ao fazer isso, ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano (o mundo da cultura) (Saviani, 2021).

Para os autores, nas primeiras formas de sociedade, o trabalho tinha como base a economia de subsistência, ou seja, as mediações eram de primeira ordem para a reprodução biológica com a interação ativa sobre a natureza, servindo como condição histórica de sociabilidade e humanização do homem.

Entretanto, a natureza contraditória do trabalho ao longo da história da humanidade com o surgimento da propriedade privada da terra revela principalmente o trabalho como a própria utilização da força de trabalho pelos homens, ou seja, o trabalho realizado por uma classe social e o seu produto sendo apropriado por outra classe que a domina e explora (Marx, 2023). A atual forma histórica de trabalho assalariado, fruto do processo de expansão e do processo de produção capitalista e da industrialização em escala global, que trouxeram consigo um enorme aumento

de riqueza e empurraram as fronteiras da humanidade em direção a limites que antes seriam inimagináveis.

As formas de trabalho são alteradas em cada modo de produção, e na sua forma histórica mais recente, o trabalhador estabelece uma relação alienada com mediações de segunda ordem com seu próprio trabalho como atividade abstrata subordinada ao capital (Enguita, 1989), ou seja, é a negação da humanização histórica-ontológica da forma trabalho.

A divisão social do trabalho e da sociedade de classes, e sobretudo a ascensão do capitalismo, submeteu o campo à cidade, expropriou grande parte do campesinato de suas terras e avança sobre a propriedade camponesa, a agricultura familiar e comunitária, as relações de trabalho no campo.

O capitalismo possui algumas características provenientes das mudanças do mundo do trabalho: o trabalho deixa de ser dono da sua produção (terra) e passa a ser dono somente de sua força de trabalho, com a concepção de que é livre para vender para quem desejar; a produção é centrada na cidade e na indústria, substituindo a comunidade por sociedade; as relações sociais deixam de ser direitos naturais, e sim estabelecidos formalmente por convenções contratuais dispostas em leis (Borges, 2012, p. 86).

No capitalismo, o (a) trabalhador (a) é alienado, massacrado e tem negadas suas potencialidades omnilaterais, em prol de apenas um pequeno rol de capacidades unilaterais para beneficiar ao modo de produção capitalista. E é a divisão do trabalho, que acarreta imediatamente a desumanização do homem, como um processo histórico, seu desenvolvimento também é contraditório, ao criar uma totalidade de forças produtivas, um domínio total do homem sobre a natureza e sobre os outros homens (Manacorda, 2007).

8671

Na sociedade de classes, o trabalho está dividido entre trabalho manual e trabalho mental, e assim como a divisão entre campo e cidade, o ensino e o trabalho aparecem também divididos, como dois termos até antagônicos. Nesse processo, a escola enquanto instituição e estrutura específica de formação de um determinado tipo de “homem” nasceu historicamente no interior das classes possuidoras, como estrutura destinada exclusivamente à sua formação; não existia inicialmente para as massas. E mesmo na atual forma do capitalismo, a escola continua a se reproduzir na dualidade de escola para as massas e a escola para os grupos dominantes (Manacorda, 2007).

Para o autor, a escola, como instituição, expressa as desigualdades e injustiças próprias da sociedade capitalista, mas também o conflito de interesses das classes. Por isso, compreender o trabalho e a educação, na sua essência, é importante para que se tenha clareza dos limites e

possibilidades de cada um no processo de transformação radical da sociedade, bem como as suas mudanças históricas nas diferentes sociedades de classes. Neste sentido, o desafio está atrelado à necessidade da “teoria conseguir abranger o cotidiano” (Freire, 1986, p. 11).

Partindo desse pressuposto, pensar a formação da classe trabalhadora camponesa é pensar a relação entre educação e trabalho, para além da lógica do capital. Sendo, educação e trabalho, a mediação histórica dos processos de formação dos trabalhadores ao longo dos tempos, pois a história tem mostrado que as transformações significativas na educação estão relacionadas com mudanças no modo como a sociedade produz suas condições materiais de existência e nas respectivas relações de produção, decorrentes das determinações gerais do capital (Mészáros, 2008).

Os desdobramentos da reestruturação do capitalismo sobre o trabalho aceram as lutas de classes. No campo brasileiro não é diferente, os movimentos sociais do campo vêm lutando por uma Educação do Campo na construção de um novo projeto educativo de sociedade no enfrentamento das contradições promovidas pelo capital nas relações concretas, tem como um dos focos de referência a construção de uma escola do campo com práticas emancipatórias que atendam as demandas da realidade histórica, social, cultural, econômica do campo na sua relação com o trabalho camponês.

8672

A construção dessa escola exige a superação da escola liberal-burguesa que foca em ações e resultados no aspecto da instrução, a partir de modelos de gestão conduzidos com práticas autoritárias que agem do perfil desejado de estudante ao egresso que entrará no mundo do trabalho, haja vista que a escola na sociedade capitalista trabalha o respeito a ordem e hierarquia, a defesa da propriedade privada e controle do tempo, como metas a serem obtidas. Ou seja, “Quem sabe essa seja a razão pela qual tanta educação formal nas salas de aula não consiga motivar os estudantes. Os estudantes são excluídos da busca, da atividade do rigor” (Freire, 1986, p. 15). Seu foco é o cumprimento de metas educacionais, controle do aprendizado dos estudantes e do ensino pelos professores/as – por estruturas de supervisão e orientação pedagógicas – racionalização dos gastos econômicos, controle do tempo e espaço, desestimulando a criatividade e novas estratégias de aprendizagem.

A escola liberal-burguesa baseia-se, por um lado, no trabalho dos historiadores revisionistas da educação, aos quais já nos referimos antes e, por outro, na crítica estatística das predições da concepção tecnocrática da escola, sustentam que esta não cumpre as funções de desenvolvimento pessoal e garantia da igualdade de oportunidades sociais que geralmente se lhe

atribuem, mas, em primeiro lugar e sobretudo, as de legitimar a ordem social existente, socializar a força de trabalho conforme o lugar que vai ocupar, estratificar e fragmentar os trabalhadores e reconciliar as pessoas com seu destino social (Enguita, 1989)

Na especificidade da Educação do Campo, o trabalho adquire um princípio educativo na sua interface entre educação, escola e trabalho. A relação entre trabalho e escola, a partir de uma dimensão educativa do trabalho, pressupõe uma formação omnilateral, uma formação humana oposta à formação unilateral provocada pela divisão social do trabalho alienado (Marx, 2023).

A compreensão do sentido dado ao trabalho como princípio educativo dentro da visão da formação humana integral de Marx e outros pensadores é fundamental para os movimentos sociais do campo e da cidade e para todos aqueles que lutam pela superação da exploração humana (Frigotto, 2012, p. 752).

Em suma, a matriz pedagógica e formativa do trabalho educativo nessa concepção está fundamentada em princípios nos quais a classe trabalhadora camponesa e seus filhos compreendem o campesinato como classe social no contexto sócio-histórico em que estão inseridos, de luta pela reforma agrária. A direção dessa intencionalidade passa pelo movimento de transformação da própria escola do campo, que necessita de uma série de mediações entre agricultura camponesa, práticas agroecológicas e um projeto político e pedagógico de classe trabalhadora com formação omnilateral tão discutida pelos movimentos sociais. Necessita sobretudo que essa educação que “Liberte o trabalho, o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a cultura, as relações humanas em seu conjunto dos grilhões da sociedade capitalista” (Frigotto, 2012, p. 267).

Cabe a uma educação de classe que vive do trabalho no/do campo construir um projeto histórico, popular e revolucionário, rompendo com a subordinação do trabalho ao capital, projetando uma nova ordem societária.

MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NA LUTA PELA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Partimos do pressuposto de que os movimentos sociais/sindicais camponeses são diversos e numerosos, se apresentam em ciclos e apresentam ênfases particulares a cada momento histórico. Trata-se de ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que vêm viabilizando distintas formas de organização e de expressão das demandas da população camponesa, por isso a compreensão sobre eles requer uma especial atenção devido às suas complexidades (Gonh, 1997, 2006).

As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. (Gohn, 1997, p. 251).

Os movimentos sociais do campo também são diversos e possuem dimensões pedagógicas, educativas e sociopolíticas complexas. Nesse sentido, não pretendemos aprofundar aqui a análise histórica da formação das diversas organizações no campo, no entanto, entendemos que não temos como compreender a concepção e o projeto revolucionário da Educação do Campo sem situar o processo de luta e o protagonismo dos movimentos sociais/sindicais camponeses enquanto organização social de massas e as condições objetivas que levaram a classe trabalhadora camponesa a se articular e lutar no âmbito nacional. Neste processo, é preciso considerar a urgência do diálogo, logo, é “fundamental é que professor e alunos saibam que a postura deles, do professor e dos alunos, é dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve (Freire, 2023, p. 83)”.

Quando usamos as lentes da historicidade, percebemos que campo brasileiro tem sido historicamente um território fortemente disputado pelo grande capital, que tenta implantar formas de produção e relações para acumulação capitalista, fortemente representadas atualmente pelo agronegócio e pelos grandes latifúndios que se expandem nesse território desigual e contraditoriamente, expropriando brutalmente a classe que vive do trabalho no/do campo de sua terra.

A história dos movimentos sociais/sindicais do campo e da classe trabalhadora camponesa no Brasil é marcada por lutas, conflitos e resistência popular na sua relação de embate direito com o Estado, legítimo representante da classe economicamente dominante (Engels, 2022). E é no bojo desses conflitos históricos, com maior expressividade a partir de 1945, que surgem distintas propostas para o campo e também articulação de bandeiras de luta comuns.

Esses períodos, entre a Crise do Estado Novo (1940-1945), a Ditadura Militar (1965-1985) e a democratização do país, foram extremamente ricos em termos de mobilização e resistências coletivas dos (as) trabalhadores (as) do campo contra o modelo desenvolvimentista agro exportador que só beneficiou a elite agrária brasileira. Observamos o surgimento de movimentos sociais, organizações ligas, associações, uniões em várias estados do país, com

destaque a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Uniões dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil e o MASTER, formação do Movimento dos Sem Terra (MST), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Ligas Camponesas, Partido Comunista, Movimento de Educação de Base da Igreja Católica (MEB), lutas dos arrendatários, posseiros, atingidos pelas barragens e outros, politizando determinadas bandeiras e impondo a necessidade do reconhecimento político da classe que vive no/do campo em todo país.

A organização social no campo deu-se a partir das ligas camponesas que ganharam força com o movimento dos posseiros do Engenho Galileia, em Pernambuco (1959), dos Arrendatários (1955) em Santa Fé do Sul (SP) (Borges, 2012) e foram tão perseguidas e desarticuladas durante a Ditadura Militar (Caldart, 2023). Entretanto, na luta pela democratização no Brasil a partir da década de 80, essa situação começa a ser contornada, quando a sociedade como um todo aprendeu a organizar e a reivindicar os direitos de cidadania, a partir da constatação da qualidade de não-cidadãos que são na prática (Gonh, 2006).

Com a reorganização social a pauta da educação encontra-se incluída nas reivindicações dos movimentos sociais/sindicais e organizações populares, inclusive a Educação do campo, como bandeira estratégica da classe trabalhadora organizada coletivamente, lutando pela “escola, terra e Reforma Agrária” (Caldart, 2023) ao mesmo tempo. 8675

Assim, a Educação do Campo é uma concepção contra-hegemônica de educação que vem se construída no Brasil desde a década de 1990, forjadas nas experiências de luta dos movimentos sociais/sindicais e populares do campo, com destaque para a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e das intermediações da classe trabalhadora camponesa organizada em áreas de reforma agrária.

O processo de luta pela Educação do Campo não pode, portanto, ser entendida isoladamente da luta do MST, que nasce da articulação das lutas pela terra que foram retomadas no Brasil a partir da década de 70, e que teve seu processo de gestão entre 19979 a 1984 no Primeiro encontro dos Trabalhadores Sem Terra em 1984, em Cascavel no Paraná (Caldart, 2023).

Dessa forma, a Educação do Campo enquanto é uma conquista social da luta dos movimentos sociais/ sindicais e dos (as) trabalhadores (as) do campo, estando diretamente ligada à luta pela terra, reforma agrária e a construção de outro projeto histórico de sociedade e de formação humana, buscando romper com o modelo de Educação Rural. Isso porque a

educação no meio rural esteve por muito tempo associado a desvalorização da cultura do camponês em detrimento dos valores urbanos, presença de professores leigos, baixo índice salarial precárias condições de infraestrutura escolas, transporte e moradia, currículo inadequado, estruturação didático-metodologia deficiente, ausência de orientação técnica e acompanhamento pedagógico, ausência de material de apoio escolar tanto para professores (as) quanto para estudantes e uma política educacional rural quase inexistente (Leite, 2002) (Caldart, 2012).

Na busca por superar a perspectiva ruralista e reformista que orientou a educação e as políticas para o meio rural, a Educação do Campo pensada sobre a tríade Campo-Política Pública-Educação vem mobilizando outros atores sociais e se afirmando como política pública na esfera estatal, dado o papel e atuação direta dos movimentos sociais camponeses

Um dos traços fundamentais da Educação do Campo e o desdobramento de suas lutas sociais perpassa pelo direito à uma educação que seja no e do povo campo e não apenas com ele, nem muito menos para ele (Caldart, 2004). No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais (Kolling, Cerioli e Caldart, 2002), estando articulada às lutas pelo trabalho, soberania alimentar, equidade social configuradas na luta pela posse e/ou propriedade da terra, enquanto meio de produção e subsistência do trabalhador do campo.

8676

O marco da luta e da articulação dos movimentos sociais camponeses na luta pela Educação do Campo é o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I Enera) EM 1997, na Universidade de Brasília, organizado pelo MST, com participação da UNICEF, UNESCO, CNBB, e que articularam a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, realizada em 27 a 31 de julho de 1998 ano na cidade de Lusíada – Goiás, onde foi mencionada pela primeira e aconteceu o batismo da Educação do Campo e foi pensada a primeira política pública da Educação do Campo para atender a educação básica em áreas de reforma agrária, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

E seis anos depois, durante os debates da II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo, realizada em julho de 2004, quando se constitui um Grupo de Trabalho que ficou responsável para formular uma proposta de formação de educadores do campo, para tramitar, junto ao MEC, via SECAD no âmbito do MEC (Molina e Hage, 2015), a educação superior aparece como uma das principais reivindicações dos movimentos sociais camponeses,

mostrando que as lutas no campo se ampliaram, passando a reivindicando uma política pública de formação inicial de professores (a) do campo, cuja formação fosse por área de conhecimento e em regime de alternância, o que pressionou o Estado a ofertar o acesso ao ensino superior e a criação do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO). Cabe aqui sinalizarmos que,

A demanda de formação dos educadores do campo do Campo não é recente, mas foi só recentemente que as reivindicações das populações do campo começaram a ser atendidas, especialmente aquela de formação de profissionais em terceiro grau. É importante afirmar que tal situação não decorre da gratuidade política de quem gerencia o Estado, mas resulta de uma luta política que se estende por décadas no Brasil (Ghedin, 2012, p. 13).

Desta forma, ao olhar para a história, é possível afirmar que a educação é uma pauta histórica nas lutas dos movimentos sociais camponeses, buscando fortalecer a identidade e a consciência de classe dos trabalhadores (as) do campo, que sempre se manteve sob o domínio das elites. Por isso, a Educação do Campo tem um vínculo de origem com as lutas sociais camponesas, defende a superação da antinomia rural e urbana e da visão predominante de que o moderno e mais avançado é sempre o urbano, e que a tendência de progresso de uma localidade se mede pela diminuição de sua população rural. Por isso, a Educação do Campo participa do debate sobre desenvolvimento, assumindo uma visão de totalidade, em contraposição à visão setorial e excludente que ainda predomina em nosso país; e reforçando a ideia de que é necessário e possível fazer do campo uma opção de vida, vida digna (Caldart, 2004).

8677

A construção do projeto da Educação do Campo dialoga com um novo projeto de formação humana, voltado para a emancipação revolucionária dos camponeses na perspectiva da Educação do Campo, passa necessariamente pela escola do campo, reconhecida como espaço e movimento de luta coletiva, comprometida com o projeto histórico de sociedade para além do capital (Mészáros, 2008) nas suas mediações com a concepção de ser humano; com os fundamentos da agroecologia, com as lutas sociais e a auto-organização escolar e com papel da educação na superação reprodução social.

Por isso, na proposta da Educação do Campo, é preciso considerar que não se pode de maneira alguma, nas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seus saberes da experiência (Freire, 2023), excluídos dos conteúdos da escola do campo.

Para os movimentos sociais, os processos de transformação da escola e do próprio campo implicam compreender esses desafios; assim como a formulações de políticas públicas, como

um dos elementos fundamentalmente necessários, sobretudo ao financiamento da educação da classe trabalhadora camponesa.

Desse modo, os movimentos sociais do campo cumprem o seu papel de representantes do conjunto de ações coletivas, reivindicando melhores condições de trabalho e vida no campo, quanto à construção de uma nova sociabilidade humana, o que significa, em última análise, a transformação das condições econômicas, sociais e políticas da sociedade hegemônica (Gohn, 1997).

Nesse cenário, o campesinato brasileiro com a participação direta dos movimentos sociais os movimentos sociais vêm pressionando o Estado na formulação de políticas públicas da educação básica ao ensino superior e tem conseguido desenvolver algumas específicas da Educação do Campo em meio a tanto limites e desafios, entre a qual destacamos o PRONERA, PROCAMPO e PRONACAMPO.

O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Como vimos a história da educação em territórios rurais/camponeses nos mostra um quadro de contradições, opressão e de negação dos direitos sociais dos trabalhadores (a) do campo, por materializarem uma realidade que não corresponde ao projeto desenvolvimentista de modernização da lógica produtiva do capital.

8678

Essa realidade começa a mudar com a atuação dos movimentos sociais/sindicais do campo que passaram a lutar não só por uma escola pública nesse território, mas também por políticas públicas condizentes com essa realidade, contribuindo para a consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social e com o projeto concreto de construção de uma educação socialmente de qualidade.

O protagonismo que os movimentos sociais de trabalhadores rurais vêm tendo na última década para a promoção do avanço da consciência do direito à educação tem forçado o Estado brasileiro a conceber e implementar políticas de Educação do Campo (Molina e Taffarel, 2012, p. 575).

No campo da Educação, vamos ter pela primeira vez um debate sobre a Educação do Campo e não mais para o campo, e a luta por políticas públicas significa a garantia ao direito assegurando o acesso universal a Educação, pois os movimentos sociais sabem que as políticas públicas são forma de assegurar alguma coisa para a população do campo (Borges, 2012).

É possível notar que as políticas públicas da Educação do Campo no Brasil vem sendo formuladas por meio da pressão dos movimentos sociais/sindicais camponeses e organizações populares, para colocar a educação da classe trabalhadora camponesa na agenda pública do Estado e no cenário político, visando garantir políticas públicas específicas para o campo como estratégias de superação dos problemas sociais.

Assim, o embate entre os movimentos sociais e o Estado resultou em experiências históricas, com contribuição para as massas populares direcionarem suas lutas, enquanto sujeitos de direito ao saber, ao conhecimento, à cultura produzida socialmente e a educação como direito da classe que vive do trabalho no/do campo (Arroyo, Caldart e Molina, 2011).

Neste cenário, os efeitos da luta social e articulada dos diversos movimentos do campo resultou na produção de três políticas públicas da Educação do Campo, a saber: o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), integrado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e coordenado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) e o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), ambos ligados ao Ministério da Educação (MEC).

As lutas reivindicatórias dos movimentos sociais e entidades na sua diversidade organizadas em encontros, conferências e espaços de construção projetiva e debates permitiu a criação de um movimento maior e de âmbito nacional denominado “Articulação por uma Educação do Campo” que vem assumindo o projeto da Educação do Campo. Foi em decorrência das discussões dos movimentos sociais camponeses no I ENERA em 1997, dada a realidade dos altos índices de analfabetismo de jovens e adultos em áreas de assentamento, que surge a criação do PRONERA. Esse programa foi oficialmente fundado em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria n.º. 10/98 e tem por finalidade:

Fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável (Brasil, 2004).

A estrutura e implantação do PRONERA se concretizaram a partir de projetos em parcerias com governos municipais e estaduais, instituições de ensino públicas sem fins lucrativos e movimentos sociais e sindicais de trabalhadores do campo, sob os princípios da inclusão, interação, participação e multiplicação, onde compete as estas instituições estabelecer projetos de:

- Alfabetização e escolarização de jovens e adultos no ensino fundamental e capacitação e escolaridade de educadores(as) para o ensino fundamental em áreas da Reforma Agrária;
- Formação continuada e escolaridade de professores (as) de áreas da Reforma Agrária (nível médio na modalidade normal ou em nível superior por meio das licenciaturas);
- Formação profissional conjugada com a escolaridade em nível médio por meio de cursos de educação profissional de nível técnico ou superior (de âmbito estadual, regional ou nacional) em diferentes áreas do conhecimento voltados para a promoção do desenvolvimento sustentável no campo. (Brasil, 2004).

O PRONERA evidencia o protagonismo dos movimentos sociais camponeses na elaboração das políticas públicas da Educação do Campo, permitindo a elaboração de um conjunto de dispositivos legais que vem contribuindo para formular as políticas públicas educacionais para o campo brasileiro.

Esses avanços se dão por meio das conquistas legais como a Resolução CNE/CEB nº 01/2002 que institui as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo; Resoluções CNE/CEB nº 04/2010 que dispõem sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, reconhece a Educação do Campo como modalidade específica e define a identidade da escola do campo; Parecer CNE/CEB nº 1/2006 que reconhece os dias letivos para a aplicação da Pedagogia da Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância; Decreto nº 7.352/2010 que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e torna oficialmente PRONERA em uma política pública, dentre outros.

8680

O Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010 é um dos mais importantes marcos regulatórios para as políticas públicas da Educação do Campo, pois entre suas ações previstas estão o acesso à educação superior desenvolvimento de políticas de formação inicial e continuada de professores (as) para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo (Brasil, 2010). Este decreto ainda deu margem para a criação das outras duas políticas públicas da Educação do Campo que são o PROCAMPO e PRONACAMPO.

Nesse contexto, é válido ressaltarmos que foi com a II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo em 2004, que se constituiu o Grupo de Trabalho para discutir e elaborar a proposta para formação dos (a) educadores (a) do campo junto à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), Secretaria de Educação Superior (SESU), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Ministério da

Educação e Cultura (MEC), dando origem ao Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) (Molina e Hage, 2015a).

O PROCAMPO é uma política pública cuja estrutura encontra-se no Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI), em cumprimento às suas atribuições de responder a formulação de políticas públicas de acesso ao ensino superior. Seu objetivo é apoiar a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo (LEdoCs) nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores (a) para a docência nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio nas escolas do campo.

Nesse sentido é relevante enfatizar que os processos formativos desses cursos são fundamentados nos princípios dos Movimentos Sociais do Campo e na Pedagogia da Alternância, organizados em tempos dois tempos formativos, sendo Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC). A idealização do curso de Licenciatura em Educação do Campo pelos movimentos sociais foi pensado na perspectiva de,

[...] promover e cultivar um determinado processo formativo que oportunizasse aos futuros educadores, ao mesmo tempo, uma formação teórica sólida, que proporcionasse o domínio dos conteúdos da área de habilitação para a qual se titula o docente em questão, porém, extremamente articulada ao domínio dos conhecimentos sobre as lógicas do funcionamento e da função social da escola e das relações que esta estabelece com a comunidade do seu entorno (Molina e Hage, 2015b, p. 153).

8681

As primeiras experiências com a Licenciatura em Educação do Campo se iniciaram em 2007 com os projetos-pilotos em quatro Universidades Federais a saber: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade de Brasília, (UnB), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Federal de Sergipe (UFS), e sua consolidação efetivou-se com a publicação dos editais em 2008 e 2009. Atualmente o PROCAMPO por meio das LEdoCs é ofertado “em 35 IFES e 01 Universidade Estadual, com 6.800 matriculados, em 56 cursos distribuídos em campi universitários das cinco regiões do país, com maior oferta nas regiões norte e nordeste”. (Carta em Apoio a SECAI/MEC, 2024)

Dessa forma, tanto o PRONERA como o PROCAMPO, materializaram-se por meia da atuação dos movimentos sociais, a partir da disputa contra a hegemonia,

[...] em momentos nos quais o movimento social, com base no acúmulo de forças conquistadas, soube aproveitar a correlação de forças existente, disputando frações do Estado a serviço da classe trabalhadora. As políticas conquistadas foram importantes: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Residência Agrária, Licenciatura em Educação do Campo, entre outras, todas elas resultado de

longos processos de negociação e disputa com o Estado. [...] Os valores embutidos nestas políticas contrapõem-se aos valores capitalistas, baseando-se no ideal das coletividades, na solidariedade, na superação da propriedade privada, na construção de uma sociedade em que todos trabalhem, recusando a forma na qual uns vivem do trabalho de outros. Tanto o Pronera quanto a Residência Agrária e as licenciaturas em Educação do Campo orientam as ações formativas nos cursos que se desenvolvem com base em uma perspectiva crítica de educação, a qual não admite uma concepção de educação apartada de um projeto de ser humano e de sociedade que se almeja construir (Molina e Taffarel, 2012, p.573-576.).

E a última Política da Educação do Campo de maior expressividade é o PRONACAMPO, lançado em 20 de março de 2012 e instituído por meio da Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013. Essa política é um conjunto de ações articuladas que asseguram a melhoria do ensino nas redes existentes, bem como, a formação dos professores, produção de material didático específico, acesso e recuperação da infraestrutura e qualidade na educação no campo em todas as etapas e modalidades, que tem como oferecer apoio financeiro e técnico para viabilização de políticas públicas no campo, conforme disposto no Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 (Brasil, 2013a).

Parágrafo único - A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os estados, os municípios e o Distrito Federal, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação. (Brasil, 2013b).

8682

O PRONACAMPO está estruturado em quatro grandes eixos, são eles: I EIXO: Gestão e Práticas Pedagógicas; II EIXO: Formação Inicial e Continuada de Professores; III EIXO: Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional; e IV EIXO: Infraestrutura Física e Tecnológica.

O PRONACAMPO tem como ações os programas: Escola da Terra, Programa Nacional do Livro Didático (PNLD Campo); Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE Temático); Mais Educação Campo; Pós-Graduação para Professores do Campo; EJA Saberes da Terra; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC Campo); Saberes da Terra; Construção de Escolas; Inclusão Digital; Programa Dinheiro Direto na Escola/PDDE Campo; PDDE Água e Esgotamento Sanitário; Luz para Todos na Escola; Transporte Escolar.(Brasil, 2013).

Posto isto, observamos que as políticas públicas da Educação do Campo vão sendo conformada na luta dos movimentos sociais/sindicais organizados de forma coletiva, pensadas numa perspectiva contra hegemônica, que superem a racionalidade das políticas neoliberais e

da Educação Rural, visando atender a educação básica e o acesso ao ensino superior, além da infraestrutura das escolas.

O PRONERA, PROCAMPO e o PRONACAMPO são, portanto, resultados da pressão dos movimentos sociais e da classe trabalhadora camponesa que vive do trabalho no campo estabelecida nas relações de tensões com o Estado, por políticas públicas específicas que atendam às necessidades das escolas do campo. E suas efetividades refletem limites, desafios e possibilidades para a materialidade da concepção e do projeto da Educação do Campo que não cabe na sociedade capitalista.

Entre esses limites e desafios estão as questões orçamentárias, que precisam ser ampliadas, pois ainda sofrem com a redução do financiamento tanto pelo governo de Michel Temer (2016-2018) quanto de Jair Bolsonaro (2019-2022). Em síntese, defendemos a importância das políticas públicas da Educação do Campo, diante do avanço do capital sob o trabalho no campo e da conjuntura de retirada de direitos sociais já conquistados pela classe trabalhadora camponesa do campo brasileiro e pelos movimentos sociais constantemente criminalizados pelas elites dominantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

8683

Este texto buscou compreender o papel dos movimentos sociais/sindicais na construção da concepção e das políticas públicas da Educação do Campo. O mesmo foi desenvolvido a partir da disciplina eletiva “Movimentos sociais e Educação do Campo” do programa de pós-graduação da Universidade Federal de Roraima.

Os resultados a partir da literatura apontam que a concepção de Educação do Campo nasce da luta dos movimentos sociais do campo na década de 90 e que o trabalho no campo adquire um princípio educativo na sua interface entre educação, escola e trabalho. Em suma, a matriz pedagógica e formativa do trabalho nessa concepção está fundamentada em princípios nos quais a classe trabalhadora camponesa e seus filhos compreendem o campesinato como classe social no contexto sócio-histórico em que estão inseridos, de luta pela reforma agrária.

A direção dessa intencionalidade passa pelo movimento de transformação da própria escola do campo, que necessita de uma série de mediações entre agricultura camponesa, práticas agroecológicas e um projeto político e pedagógico de classe trabalhadora com formação omnilateral tão discutida pelos movimentos sociais.

O estudo bibliográfico e da legislação estudada, permiti-nos afirmar que políticas públicas da Educação do Campo da educação básica à superior vem sendo construídas diretamente com a atuação dos Movimentos Sociais do campo em luta, como as políticas do PRONERA, PROCAMPO e PRONACAMPO, que resultaram da pressão dos sujeitos o campo organizados coletivamente.

Essas políticas têm papel histórico na Educação da classe trabalhadora camponesa, entretanto apresentam limitações e desafios como os de romper com a hegemonia do paradigma urbano, de implementação e questões orçamentárias deixadas por governos anteriores, dentre outros fatores. Por isso, a necessidade dos movimentos sociais/sindicais camponeses se articularem para enfrentarem coletivamente essa realidade posta.

Dessa forma, os diálogos com os autores da disciplina foram extremamente férteis para fomentar as reflexões do modelo de sociedade, de educação e de políticas públicas para os sujeitos do campo.

De modo geral, a disciplina possibilitou a compreensão trajetória histórica da Educação do Campo no Brasil, considerando a trajetória da Educação popular no Brasil e na América, a organização e luta de classes e os movimentos sociais no país; bem como identificar as políticas públicas de Educação do Campo, o papel dos Movimentos sociais na Contemporaneidade, a identidade dos sujeitos do campo e Educação e Movimentos Sociais do Campo. Além de experiências educativas concretas com as lutas organizadas pelos movimentos sociais do campo no Estado de Roraima, tais como Fórum Estadual de Educação do Campo em RR, Audiência pública do PRONERA em RR, 2024, palestras sobre o Programa Escola da Terra (PRONACAMPO) e contato com estudantes da Licenciatura em Educação do Campo da UFRR/LEDUCARR (PROCAMPO).

8684

Por fim, concluímos que os movimentos sociais possuem um papel elementar no projeto histórico revolucionário de formação humana da classe trabalhadora camponesa na sua diversidade, pois pensam/projetam uma nova forma escola e uma nova sociabilidade para além da lógica destrutiva do capital, uma vez que estes tem possibilitado transformações concretas na educação do campo brasileiro.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G; CALDART R. S; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo.** (Orgs.). 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BORGES, H. S. Educação do Campo como processo de luta por uma sociedade justa. In: GHEDIN, E. **Educação do campo: epistemologias e saberes**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 77-115.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera): manual de operações**. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013a**.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação do Campo PRONACAMPO: Documento Orientador**, Brasília, janeiro de 2013b.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília, DF, 2010.

CALDART, R. S *et al* (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDART, R. S. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. **Por uma Educação do Campo: contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004. p. 10-31.

CALDART, Roseli S. **A Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 1. ed, 3. reimpressão, Expressão Popular, 2023.

Carta em Apoio a SECAI/MEC formulada no Encontro Nacional de Educação do Campo, das águas e das florestas. Salvador-Ba, 28 de fev a 02 de mar, 2024.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo, Boitempo, 2022.

ENGUITA, Mariano Fernández. **A Face Oculta da Escola. Educação e Trabalho no Capitalismo**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. - Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FREIRE Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 72. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.p.33.

FREIRE, P; SHOR, I. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 10.ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986. p.. 224.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. Trabalho como princípio educativo. In: CALDART, R. S *et al* (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 748-754.

GHEDIN, E. **Educação do campo: epistemologias e saberes**. São Paulo: Cortez, 2012.

GOHN, M. G (Org.). **Movimentos sociais e educação**. 6 ed. São Paulo, Cortez. 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. Edições Loyola. São Paulo: 1997.

KOLLING, E.J; CERIOLI, P. R; CALDART, R. S (orgs.). **Por uma educação básica no campo**: Identidade e políticas públicas. V. 4. Brasília, 2002.

LEITE, S. C. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MANACORDA, M. A. Marx e a Pedagogia Moderna. 2 ed. Campinas, Editora Alínea, 2007.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2023.

MÉSZÁRO, I. A Educação para além do Capital. São Paulo. Boitempo, 2008.

MOLINA, M. C.; HAGE, S. M. Política de formação de educadores do campo no contexto da expansão da educação superior. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 51, n. 37, p. 121-146, 2015a.

MOLINA, M. C; HAGE, S. M. Política de formação de educadores do Campo no Contexto da Expansão da Educação Superior. In: **Cadernos de Estudos – V SEMINÁRIO NACIONAL DAS LICENCIATURAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**. Laranjeiras do Sul, 2015b.

MOLINA, M. C; TAFFAREL, C. Z. Política Educacional e Educação do Campo. In: CALDART, R. S. et al.(org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 573-576.

8686

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações.12.ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2021.